

PARECER TÉCNICO

ANÁLISE GEOAMBIENTAL SIMPLIFICADA.

**ESTUDO ELABORADO COM O OBJETIVO DE COLABORAR
COM O ZONEAMENTO AMBIENTAL DA ZPA 9 (Rio Doce).**

Processo nº.

00000.070813/2012-11 - SEMURB

Proposta:

A Reforma do Clube Aeronáutico e Construção de um Porto Seco.

Proponente:

Jorge Eduardo Campos Melo Dantas

CPF. 131.368.874-68

Natal (RN)

20 de Junho de 2016

PARECER TÉCNICO

ANÁLISE GEOAMBIENTAL SIMPLIFICADA.

**ESTUDO ELABORADO COM O OBJETIVO DE COLABORAR
COM O ZONEAMENTO AMBIENTAL DA ZPA 9 (Rio Doce).**

Responsável Técnico

Werner Farkatt Tabosa
Geólogo
CONFEA/CREA-RN 210164982-9



Werner Farkatt Tabosa
Geólogo - CREA 4976-D/RN
CPF: 655.562.244-04
Terra & Mar Soluções em
Geologia e Geofísica Ltda.

Natal (RN)
20 de Junho de 2016

Lista de Figuras

Figura 1. Mapa de Zoneamento Ambiental da ZPA 09.	4
Figura 2. Mapa de localização do Empreendimento e proposta de intervenção.	5
Figura 3. Mapa Geomorfológico e Recursos Hídricos Superficiais da ZPA 09.	8
Figura 4. Mapa de Áreas de Preservação Permanente da ZPA 09.	9
Figura 5. Recorte do Zoneamento da APA de Jenipabu	11

Lista de Tabelas

Tabela 1. Tabela comparativa entre os estudos analisados.	12
Tabela 2. Prescrições urbanísticas da Sub-Zona de Conservação II - ZPA 09.	13

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
1. ANÁLISE DOS ASPECTOS JURÍDICOS	7
1.1 Dos Aspectos Gerais	7
1.2 Do Zoneamento Ambiental	7
1.2.1 Dos Mapas	8
2. CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
2.1 Dos Aspectos da Legislação	14
3. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	19
ANEXOS	20

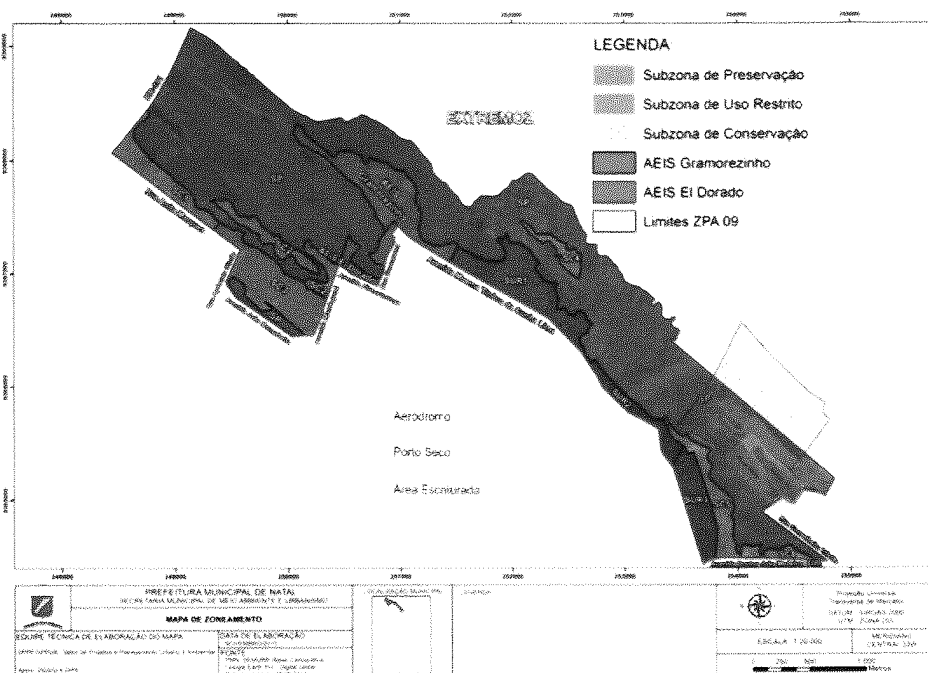


APRESENTAÇÃO

Este documento denominado de: *Análise Geoambiental Simplificada*, é o resultado de uma reavaliação técnica, elaborado a partir de observações realizadas *in loco*, discussões técnicas e revisão bibliográfica, e que tem como objetivo ratificar o Estudo protocolado em 20 de setembro de 2013, sob o nº 00000.070813/2012-11, junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal – SEMURB. Bem como, colaborar com as análises dos aspectos geoambientais, e por assim dizer, se pretende contribuir para uma melhor compreensão a respeito do geossistema que envolve a ZPA 09, principalmente, para a elucidação de conceitos ambientais.

O referido estudo teve como premissa, diagnosticar os aspectos abióticos de um imóvel de propriedade privada, que abrange uma porção territorial do município do Natal/RN (Zona Administrativa Norte) e, também, uma pequena porção territorial do município de Extremoz (a oeste da Praia de Jenipabu). A partir do referido estudo, o proprietário do imóvel pretende propor, inicialmente, junto ao município do Natal/RN, um zoneamento e, sub-zoneamento ambiental funcional e, razoável para a área, a qual é atualmente compreendida pela Zona de Proteção Ambiental – 09, e pela Subzona de Preservação – SP (ainda não regulamentadas pelo município do Natal) (Figura 1).

Figura 1. Mapa de Zoneamento Ambiental da ZPA 09.



Fonte: ZPA 9 – Ecossistemas de Lagoas e Dunas ao longo do Rio Doce (modificado).
<http://natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-1120.html>. Acesso em 15 de junho 2016, às 12:35hs

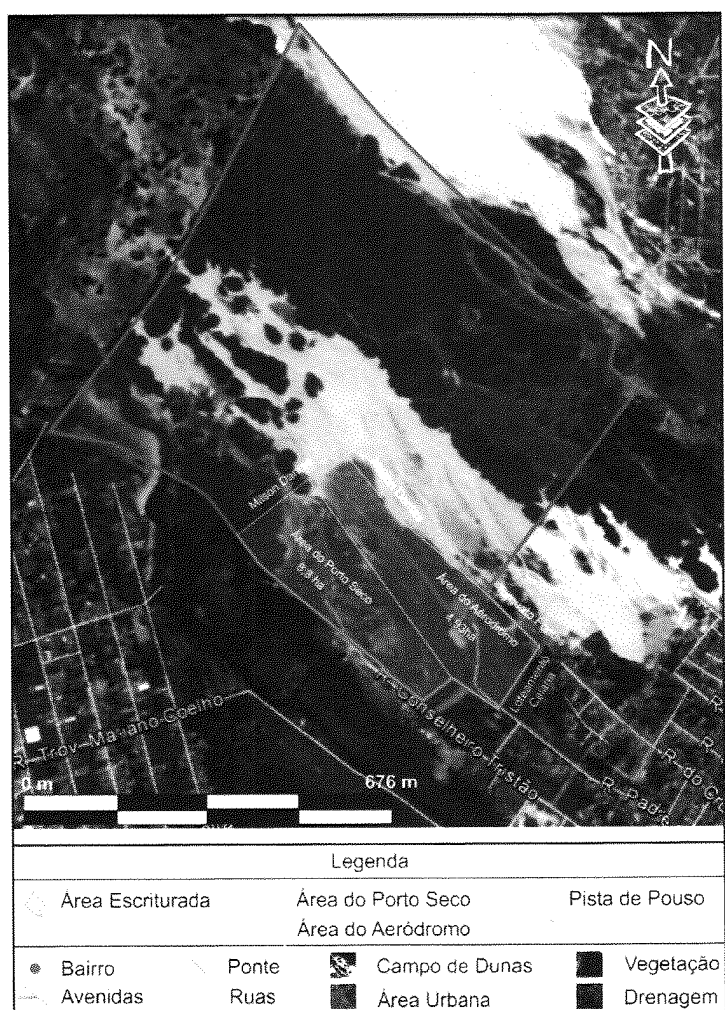
P.

A gleba objeto alvo deste estudo apresenta formato irregular, tendo como área total 839.468,05 m² (83, 90 ha), sendo que desta, 784.000,00 m² (78,40 ha) encontra-se escriturada em nome do senhor Milson Dantas e 59.068,05 m² (59,07 ha) está em fase de regularização fundiária. Toda a gleba limitando-se ao Norte e Leste com o município de Extremoz/RN e ao Norte, Oeste e Sul com o município do Natal/RN.

A nova proposta para o uso e ocupação de uma parte da gleba supracitada, envolve a **construção** de um **Porto Seco** e a **recuperação e manutenção** da **pista de pouso** e dos **hangares** para aeronaves que utilizam as instalações do Aeródromo.

As duas propostas de intervenção irão ocupar uma área de aproximadamente 4,93 hectares para o Aeródromo e 8,36 hectares para a construção de um Porto Seco, que juntas correspondem a aproximadamente 17% da área total escritura pelo Sr. Jorge Eduardo Campos Melo Dantas (Figura 2).

Figura 2. Mapa de localização do Empreendimento e proposta de intervenção.



Fonte: Adaptado de Tabosa et al (2013).

[Assinatura manuscrita]

A instalação do Porto Seco servirá como base de apoio humanizada para os transportadores de carga, bem como, a criação de um novo espaço para a estocagem dos contêineres oriundos do Porto de Natal, o que irá contribuir para desafogar o trânsito na região no entorno do porto *Op. Cit.* O acesso para a referida área será basicamente pela Ponte Nilton Navarro e pela avenida Conselheiro Tristão, obras vinculadas ao Projeto Pró-transporte do Governo do Federal.

A reforma e manutenção da pista e dos hangares do Aeródromo existente é muito mais que uma necessidade, é uma exigência de adequação do espaço físico à legislação aeronáutica vigente. Além disso, a gleba está encravada entre dois ambientes turísticos importantes da cidade do Natal (as praias urbanas e o litoral norte), o que permitiria a instalação de diferentes equipamentos voltados para a atividade turística com ênfase à preservação do ecossistema local.

É importante ressaltar que a área em que se pretende instalar os empreendimentos, já se encontra em acentuado estágio de urbanização e antropização. As edificações existentes na área do empreendimento e na região circunvizinha, bem como as mudanças na paisagem cênica na região já existem a mais de 30 anos. Atualmente, com consolidação da avenida Conselheiro Tristão e a urbanização da Comunidade da África, a região vem sofrendo uma grande pressão por parte da população de baixa renda, residente na área de entorno, com formação de uma comunidade subnormal onde prevalece a degradação ambiental e humana.



1. ANÁLISE DOS ASPECTOS JURÍDICOS

1.1. Dos Aspectos Gerais

Através de visita de campo, análise de cartas topográficas e planialtimétricas, mapas temáticos e projetos do empreendimento, bem como a consultas a diversas fontes bibliográficas sobre o uso e ocupação do território no município de Natal, foram elencadas informações minuciosas em relação à propriedade ora estudada (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE 1995, 1996, 2009).

A área do empreendimento é compreendida basicamente por um campo de dunas móveis, cercada praticamente em todo o seu perímetro por cordões de dunas vegetadas por espécimes típicas do bioma de Mata Atlântica, onde se desenvolvem a barlavento vegetais de pequeno e médio porte (herbáceo e arbustivas) e de médio a grande porte (arbustivo-arbóreos) na porção a sota vento, e que servem de abrigo, proteção e fontes de alimento para a fauna silvestre local (TABOSA et al, 2013).

Por vezes, durante os invernos mais rigorosos e em decorrência do afloramento das águas do aquífero livre dunas, ao longo dos interstícios entre as dunas e corredores preferenciais de ventos (*blowouts*), e sobre tudo na planície fluvial situada na porção central da gleba há o surgimento de pequenos corpos d'água de surgência, que se acumulam sobre um pacote de sedimentos recentes, que estão depositados sobre a Formação Barreiras. Esses corpos d'água ocorrem de forma intermitente em áreas rebaixadas entre os cordões dunares e que constituem as porções mais baixadas do relevo local. Não formam córregos correntes e não apresentam sinais de afloramento intermitente de lençol (TABOSA et al, 2013).

1.2. Do Zoneamento Ambiental

Com base nos documentos (mapas temáticos e laudos periciais) disponibilizados pelo Órgão Ambiental (SEMURB) e pelo Ministério Público Estadual, além de análise do Plano de Manejo da APA de Jenipabu, foi possível analisar alguns parâmetros conceituais, parâmetros estes, que estão diretamente ligados com as classificações, descrições e restrições ambientais da área em questão. Tais análises, visam nortear ao público em geral quanto ao seu uso e ocupação nas mais diferentes unidades de paisagem, visando um ambiente saudável e viável em longo prazo para o uso humano. Entretanto, alguns destes pontos poderiam ser readequados de forma a atender as necessidades de um crescimento sustentável para a região.



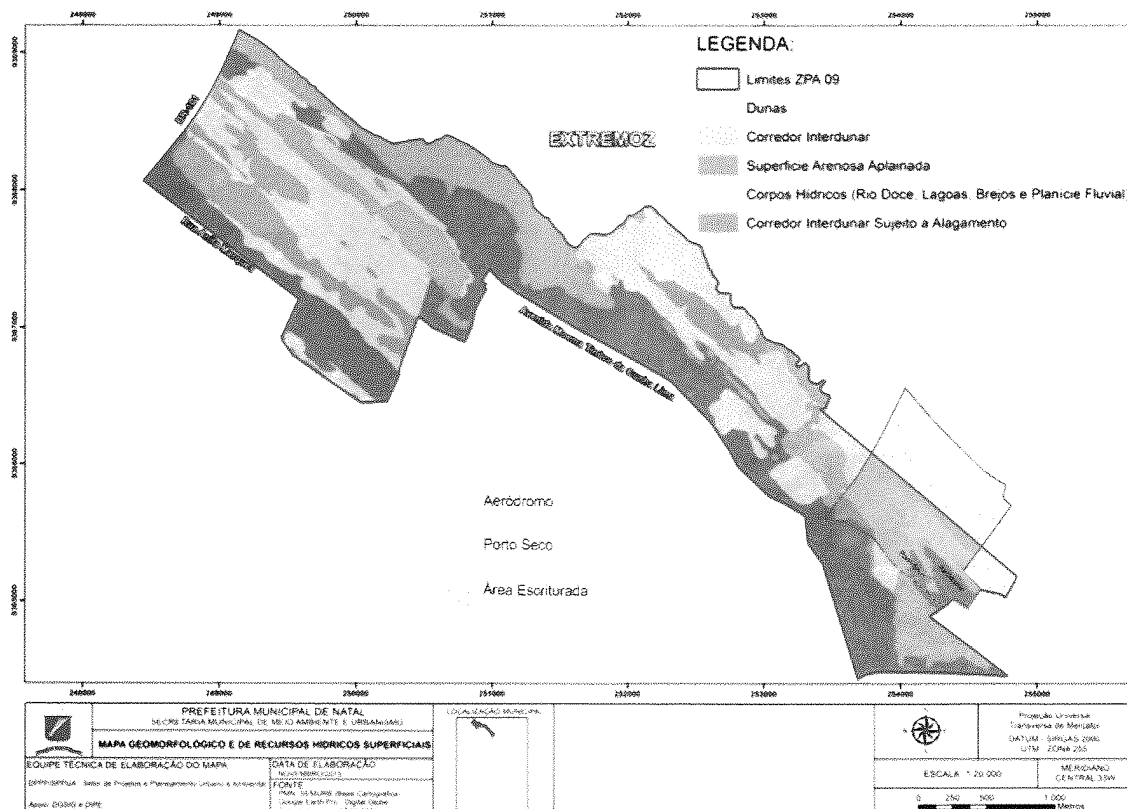
1.2.1. Dos Mapas

O Ministério Público com base no laudo pericial construído pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 2012, descreve a área como Área de Dunas Fixas e Área de Dunas Móveis, conforme **figura 44** da **página 39** do referido laudo.

Em seguida, na **figura 54** da **página 49**, os autores do referido laudo pericial apresentam uma imagem da área de estudo na qual classificam a paisagem fisiográfica pertencente a Unidade Geoambiental da “*depressão interdunar sujeita a elevação do lençol freático*”, a qual definem como sendo: “[...] depósitos arenosos secos ou semi-secos, que ocorrem nas áreas de interdunas que podem estar sujeitas a inundações periódicas seguidas por dissecação”.

A SEMURB, por sua vez, classificou a área em dois domínios geoambientais, sendo eles apresentados no mapa geomorfológico e de recursos hídricos superficiais (Figura 3) na qual as unidades que abrangem a área são: as dunas e os corredores interdunares sujeitos a alagamento. Estas unidades geomorfológicas foram definidas pela proposta de lei como APP de Dunas e APP Brejo e Áreas Úmidas (Figura 4)

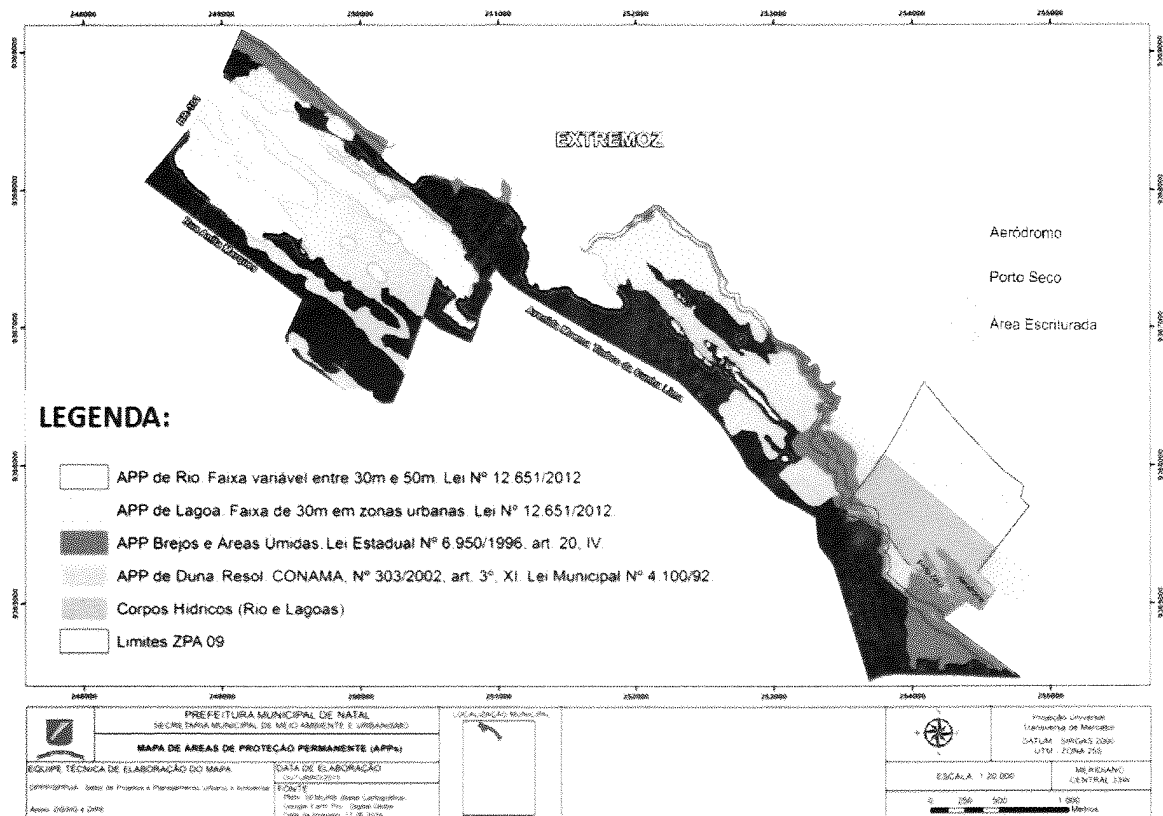
Figura 3. Mapa Geomorfológico e Recursos Hídricos Superficiais da ZPA 09.



Fonte: ZPA 9 – Ecossistemas de Lagoas e Dunas ao longo do Rio Doce.

<http://natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-1120.html>. Acesso em 15 de junho 2016, às 12:35hs

Figura 4. Mapa de Áreas de Preservação Permanente da ZPA 09.



O Zoneamento Econômico Ecológico da APAJ, estabelecida pela Lei Estadual nº 9.254/2009, zoneou a área da APA de Jenipabu em 05 (cinco) zonas, 03 (três) subzonas e 09 (nove) áreas distintas, delimitadas conforme mapa de zoneamento (Anexo II da lei), tendo como base as unidades geoambientais (Anexo I da lei).

Na área do presente estudo, a Lei Estadual nº 9.254/2009 definiu duas zonas específicas (**Art. 5º**): Zona de Proteção Especial – ZPE, abrange o Campo Dunar e Lagoas Interdunares, com vulnerabilidade ambiental alta; e a Zona de Conservação 02 - ZC2, abrange a Planície Flúvio-Marinha do Rio Doce, com vulnerabilidade ambiental de média a alta;

Os objetivos traçados para as Zonas de Proteção Especial, estão definidas no artigo 6º, e estabelecem a conservação dos recursos naturais e a preservação do potencial cênico-paisagístico do campo de dunas costeiras móveis, prevalecendo às condições naturais, sendo permitidos alguns tipos de usos e atividades, tais como o passeios de buggy em trilhas delimitadas e sinalizadas; passeios com a utilização de animais de montaria em trilhas delimitadas e sinalizadas pelo IDEMA; atividades de

esquiduna; visitação pública voltada a atividades de educação ambiental; construção de equipamento e obras de uso público, dentre outros.

A Zona de Conservação nº 2 (ZC2), a qual se refere o Inciso III do Artigo 5º da Lei Estadual nº 9.254/2009, abrange toda a planície fluvial do Rio Doce, a saber (Figura 5):

Art. 13º. A **ZC2** abrange a planície fluvial do Rio Doce, formada pela deposição de material resultante de erosão, onde serão permitidos os seguintes usos e atividades:

- I - Atividades de extrativismo manejadas;
- II - Pesca artesanal ordenada;
- III - captação de águas, respeitando critérios de outorga do órgão competente;
- IV – Atividade agrícola sustentável, baseada em princípios agroecológicos;

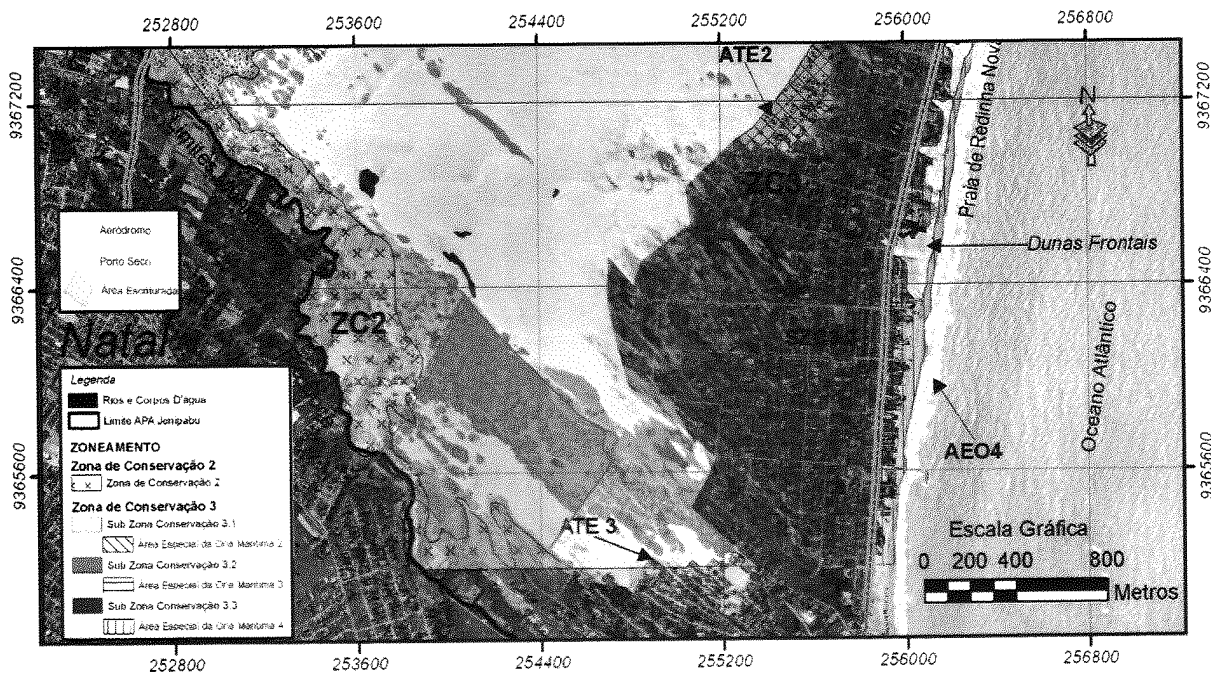
Parágrafo Único – as atividades agrícolas na ZC2 não poderão ser ampliadas, e deverão permanecer dentro dos critérios estabelecidos no inciso IV, até que sejam erradicados os riscos à saúde humana, ou apresentados estudos que propiciem alternativas para a população local, no âmbito do Plano de Manejo.

Art. 14º. A **ZC2** terá como diretrizes para os programas de manejo:

- I – Recuperação e preservação da vegetação ciliar do Rio Doce;
- II – Conservação dos solos e das águas superficiais e subterrâneas;
- III – Manutenção das condições naturais de circulação das águas;
- IV – Apoio à implantação de sistema de coleta seletiva dos resíduos sólidos e tratamento dos efluentes sanitários;
- V – Apoio à implantação de um programa de saúde pública.



Figura 5. Recorte do Zoneamento da APA de Jenipabu.



Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico da APA de Jenipabu.

Analisando-se os três estudos referenciados, percebe-se claramente uma incompatibilidade de definição das Unidades Geoambientais referente a área de estudo, onde cada órgão (MPE/UFRN, IDEMA e SEMURB) apresenta uma definição e entendimentos próprios e incoerentes entre si.

Por sua vez, a equipe contratada pelo empreendedor para elaboração do Relatório Técnico apenso ao processo nº 00000.070813/2012-11 – SEMURB, identificou as unidades morfológicas do relevo encontrado na área como:

Os setores de cotas mais baixas (entre 3,0 e 6,0 metros acima do nível do mar) compreendem os corredores interdunares nos quais ocorrem terraços arenosos (areias quartzosas com matéria orgânica vegetal) e depósitos flúvio-lacustres (siltico-argilosos) em áreas alagadiças e lagoas temporárias. Nos baixios e áreas alagadiças citadas, se fixam vegetação rasteira e aquática. Estes sedimentos se sobrepõem aos materiais sedimentares da Formação Barreiras, Tércio-quadernários, não aflorante na área do empreendimento [...].

Para fins de melhor visualização das incompatibilidades de descrição morfológica da área de estudo, foi feita a tabela 1.

TABELA 1. Tabela comparativa entre os estudos analisados.

ESTUDO	UNIDADES GEOAMBIENTAIS IDENTIFICADAS	PARTIDO URBANISTICO PROPOSTO
MPE/UFRN	Dunas Fixas; Dunas Móveis; Depressão interdunar sujeita a elevação do lençol freático	N/D
SEMURB	Dunas Corredores interdunares sujeitos a alagamento	APP de Dunas APP Brejo e Áreas Úmidas
PLANO DE MANEJO	Campo Dunar; Lagoas Interdunares Planície Flúvio-Marinha do Rio Doce	Atividades de extrativismo manejadas; Pesca artesanal ordenada; Captação de águas, respeitando critérios de outorga do órgão competente; Atividade agrícola sustentável, baseada em princípios agroecológicos;
TERRA E MAR	Campo de Dunas móveis e semifixas; Corredores interdunares nos quais ocorrem terraços arenosos (areias quartzosas com matéria orgânica vegetal) e depósitos flúvio-lacustres (siltico-argilosos) em áreas alagadiças e lagoas temporárias.	Propõe uso sustentável para a área identificada como terraços arenosos e de depósitos flúvio-lacustres, com índice de aproveitamento entre 0,5 e 0,8 e taxa de ocupação variando de 15% a 40% a depender do uso proposto no projeto (Tabela 2).

Acerca da proposta apresentada pela SEMURB no ato de regulamentação da Zona de Proteção Ambiental 09 (ZPA 09), mesmo entendendo da discricionariedade desta secretaria municipal em legislar sobre o solo urbano do município, não podemos nos furtar de observar o que reza a legislação estadual para a área.

Neste sentido, lembramos que a área de estudo se encontra inserida dentro da APA Jenipabu, Unidade de Conservação da categoria de Uso Sustentável e que possui regulamentação própria através de seu Plano de Manejo - Lei estadual nº 9.254/2009.

Nos parece no mínimo incoerente que o município desconsidere a regulamentação para a área de estudo imposta pela Lei estadual nº 9.254/2009, o que poderia resultar em uma insegurança jurídica, visto que prevalecendo o atual entendimento da SEMURB, passaríamos a ter dois partidos urbanísticos para uma mesma área.

A partir da análise do arcabouço jurídico trabalhado no Relatório Técnico apenso no Processo nº 00000.070813/2012-11, protocolado junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal – SEMURB, das leituras e interpretação das cartas e mapas de Zoneamento do Uso e Ocupação do solo urbano



do município de Natal, da descrição geológica-geomorfológica e biótica da área, bem como dos objetivos do empreendimento, temos a considerar como fatos conclusivos.

01. QUE o empreendimento, por sua natureza, é classificado conforme o quadro 4, anexo I ao artigo 35 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Natal, Lei Complementar nº 082/2007, como de forte Impacto (EAFO) em virtude de seu alto potencial poluidor/degradador;

02. QUE o conforme o Artigo 39 do Plano Diretor de Natal, o estudo ambiental exigido para fins de licenciamento ambiental deste modelo de empreendimento é o EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança, podendo ainda ser solicitado o EIA - Estudo de Impacto Ambiental e o RIMA – Relatório de Impacto no Meio Ambiente;

03. QUE o estabelecimento da área como Subzona de Conservação dentro do projeto de Regulamentação da ZPA 09, não desobriga o empreendimento de ser objeto de análise e apreciação do Conselho Gestor da APA de Jenipabu, nem mesmo de um parecer do Núcleo de Unidades de Conservação do IDEMA, responsável pela administração daquela UC;

04. QUE de forma propositiva, o empreendedor pode apresentar contribuição de proposta de regulamentação da ZPA 09, estabelecendo a criação de uma Subzona de Conservação II para o trecho que compreende do leito da Av. Conselheiro Tristão até os limites norte da ZPA 09 com o município de Extremoz e Leste com a ZET 04, a saber:

TABELA 2. Prescrições urbanísticas da Sub-Zona de Conservação II - ZPA 09.

USOS	TERRENO	ÍNDICES			RECUOS EM METROS		
	Lote Padrão (m²)	Tx de Ocupação	Índice de Aproveit.	Gabarito	Frontal	Lateral	Fundo
Residencial	de 600 a 5.000	entre 30% e 50%	0,8	entre T+1 a T+3	entre 5 e 10	entre 2,5 e 5	entre 3 e 5
Hoteleiro	de 2.500 a 10.000	40%	0,8	T+2	entre 10 e 15	entre 5 e 10	entre 5 e 10
Agricultura Irrigada e culturas de subsistência	10.000	15%	0,5	T+2	10	10	10
Diversão/ Aeródromo/ Autódromo	35.000	50%	0,5	T+2	10	25	10

Fonte: Proposta a ser inserida na regulamentação da ZPA 09.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

2.1. Dos Aspectos da Legislação

A análise da legislação incidente para o terreno do Sr. Jorge Dantas ao tratar das questões ambientais e espaços que possam apresentar proteção legal são muito específicos. Contudo, existem algumas condições que necessitam ser revistas, para evitar o enquadramento de restrições em espaços que mesmo com certo nível de fragilidade, permitem o uso parcial com limitações.

Neste sentido, passa-se a apreciar a legislação federal, estadual e municipal para os ambientes qualificados no relatório final que contém a proposta de zoneamento da SEMURB para a ZPA 09, bem como serão comentadas as condições desta análise.

01. Em nenhum dos mapeamentos elaborados, tanto pelo Ministério Público, quanto pela SEMURB, que abrangeram a área do interessado, indicaram os usos e edificações já existentes, quais sejam o Aeródromo e a Av. Conselheiro Tristão já existente. São áreas urbanizadas que não podem receber a denominação de unidades ambientais, tampouco serem enquadradas enquanto Áreas de Preservação Permanente – APP.

02. Dunas são protegidas pelo Código do Meio Ambiente de Natal (Lei nº 4.100/1992), Artigo 55, Inciso I, e concorda-se com a definição da mesma enquanto APP e consequentemente o seu enquadramento em Subzona de Preservação (Artigo 19), tal como preconiza o Plano Diretor de Natal, que ao titular a ZPA 9 (Artigo 18), indica os ecossistemas de lagoas e dunas ao longo do Rio Doce, como objetos de proteção.

Código do Meio Ambiente:

Art. 55 - Consideram-se Áreas de preservação permanente:

*I - os manguezais, as áreas estuarinas, os recifes, as falésias e **dunas**.*

Plano Diretor de Natal:

Art. 18 - A Zona de Proteção Ambiental está dividida na forma que segue, e representada no Mapa 2 do Anexo II e imagens do Anexo III:

*i) ZPA 9 - ecossistema de lagoas e **dunas** ao longo do Rio Doce;*

Art. 19 - As Zonas de Proteção Ambiental descritas no artigo anterior, poderão estar subdivididas, para efeito de sua utilização, em três subzonas:



I - Subzona de Preservação, que compreende:

a) as dunas, a vegetação fixadora de dunas, a vegetação de mangue, os recifes e as falésias, nos termos do art. 3º do Código Florestal;

03. Corredor Interdunar não é citado na legislação enquanto APP. O mesmo somente seria Área de Preservação Permanente caso trate-se de uma depressão interdunar, o que não deixa de ser a própria duna em um dos seus flancos. Entretanto, é preciso revisar se está se tratando de uma Planície Interdunar, o que não poderia ser admitida como APP, pois não foi sequer mencionada na legislação, já que as planícies são superfícies arenosas aplainadas sem forma definida tendendo ao plano horizontal. Na literatura pode-se encontrar termos como Lençóis Arenosos que caracterizariam melhor este ambiente eólico.

04. Na página 21 do relatório final da SEMURB percebe-se que foi adotado o conceito de duna trabalhado na Resolução CONAMA nº 303/2002. Desta maneira, corrobora-se que Corredor Interdunar não se enquadra naquela definição, portanto, reforça-se que não constitui APP.

05. A própria SEMURB caracterizou Corredor Interdunar em seco e úmido entre as **páginas 48-51**, reafirmando não se tratar de duna, portanto não se justifica ser qualificada como APP nem Subzona de Preservação. Sua utilização seria possível, desde que com restrições para impedir por efeito indireto impactos sobre o ambiente de dunas adjacentes. Deste modo, por esta análise tal ambiente deveria ser enquadrado enquanto Subzona de Conservação.

06. A outra área mapeada como APP pela SEMURB na sua proposta mais recente, qualifica parte da área como sendo um brejo e/ou área úmida, e por isto seria Área de Preservação Permanente segundo a Lei nº 6.950/1996, de Gerenciamento Costeiro do Rio Grande do Norte. Mas ao observar o texto da lei não se pode extrair tal conclusão, uma vez que o Artigo 20 não fala de APP, pois se trata apenas do que se reconheceu como Área de Preservação (AP).

*Art. 20. São **áreas de preservação**, os ecossistemas frágeis que compõem a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, tais como:*

IV - os brejos e áreas úmidas.



07. Não se deve confundir o conceito de Área de Preservação Permanente (APP) com o de Área de Preservação (AP) somente, pois as duas possuem conceitos diferentes e são tratados por legislações diferentes. APP é definida pelo chamado Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), enquanto AP é definida pela Lei Estadual nº 6.950/1996 que dispõe sobre o plano estadual de gerenciamento costeiro do Rio Grande do Norte.

Código Florestal - Lei nº 12.651/2012:

Área de Preservação Permanente - APP: *área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.*

Gerenciamento Costeiro do RN - Lei nº 6.950/1996:

Área de Preservação – AP: *são áreas de preservação, os ecossistemas frágeis que compõem a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.*

08. Mas é muito importante observar o que diz os parágrafos §1º e §2º do Art. 20 da lei do gerenciamento costeiro estadual:

§ 1º. *As atividades potencialmente degradadoras a serem desenvolvidas nessas áreas, deverão ser, obrigatoriamente, **objeto de licenciamento** órgão estadual competente, cabendo, quando for o caso, o Estudo de Impacto Ambiental.*

§ 2º. *O licenciamento das atividades será realizado **com base nas normas e critérios estabelecidos no Zoneamento Ecológico-Econômico**, sem prejuízos das demais normas específicas federais, estaduais e municipais.*

09. Neste entendimento se verifica a possibilidade do desenvolvimento de atividades em tais espaços classificados como sendo Áreas de Preservação, mesmo em locais de brejos e/ou áreas úmidas. Só que para isto ocorrer, deve ocorrer o licenciamento ambiental visando evitar impactos, bem como observar as restrições impostas pelo Zoneamento Ecológico Econômico.

10. Existe Zoneamento Ecológico Econômico para o Litoral Oriental do Rio Grande do Norte, apesar de que o município de Natal dispõe de Plano Diretor e deveria somente por ele ser observadas as restrições, tal como percebe-se na própria Lei estadual nº 7.871/2000. Também se verifica um novo conceito de Área de Preservação e não se constata mais brejo e área úmida com tal enquadramento, ou

seja, depreende-se que ao trazer a regulamentação para o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do RN, com estabelecimento das diretrizes para o ordenamento territorial, tal ecossistema não foi considerado enquanto unidade a ser protegida, e mesmo que tivesse sido citada, sua utilização seria possível, desde que com restrições, conforme se percebe no Art. 3º. Além disto o Art. 17 orienta que o município que contém Plano Diretor deve por ele se orientar, e nem o **Plano de Natal**, **tampouco o Código do Meio Ambiente mencionam brejos e áreas úmidas**.

Art. 3º. Para os fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

*I - **Área de Preservação**: área na qual as características do meio físico **restringem** o uso e ocupação, visando à proteção, manutenção e recuperação dos aspectos paisagísticos, históricos, arqueológicos e científicos.*

Art. 9º: I - Consideram-se Áreas de Preservação (APs) as unidades ambientais abaixo relacionadas:

“NÃO FOI CITADO BREJO E ÁREA ÚMIDA COMO ÁREA DE PRESERVAÇÃO”.

Art. 17. As normas ambientais e de uso do solo dos municípios que integram o Litoral Oriental, discriminados no caput do artigo 5º, devem adequar-se às disposições contidas nesta Lei, com exceção das áreas urbanas que dispõem de Plano Diretor.

11. Pelas características das áreas mais baixas no terreno do Sr. Jorge Dantas, percebe-se através das análises que o mesmo poderia coincidir com dois conceitos legais definidos no Código Florestal, uma vez que brejo e área úmida não foi conceituada em nível estadual ou municipal. Os conceitos seriam o de olho d'água e o de áreas úmidas existentes na Lei nº 12.651/2012:

*XVIII - **olho d'água**: afloramento natural do lençol freático, mesmo que intermitente.*

*XXV - **áreas úmidas**: pantanais e superfícies terrestres cobertas de forma periódica por águas, cobertas originalmente por florestas ou outras formas de vegetação adaptadas à inundação.*

12. Neste sentido, ao verificar quais ambientes o Código Florestal define como Área de Preservação Permanente, percebe-se que somente se existir olho d'água perene é que o mesmo se caracteriza uma APP. E ainda, que as áreas úmidas só



passam a ser tratadas como APP caso sejam declaradas por interesse social do ato do chefe do poder executivo, o que não ocorreu.

Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

IV - as áreas no entorno das nascentes e dos **olhos d'água perenes**, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;

Art. 6º Consideram-se, ainda, de preservação permanente, **quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo**, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas a uma ou mais das seguintes finalidades:

IX – proteger **áreas úmidas**, especialmente as de importância internacional.

13. Finalmente, pode-se tirar as seguintes conclusões com base na apreciação legal realizada.

14. Percebe-se que está se criando restrição e criando Subzona de Preservação em áreas onde legalmente não ocorrem, a exemplo do que se considerou ser um brejo ou área úmida na área do interessado. Ainda que seja tal característica o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) não qualificou tal espaço nem como sendo Área de Preservação, devendo-se adotar o Plano Diretor de Natal e seu Código do Meio Ambiente como leis mais específicas.

15. Ainda que fosse Área de Preservação, seria possível utilizar a área com as restrições impostas pelo município (passando a ser Subzona de Conservação ou de Uso Restrito), ainda mais porque o ZEE não é válido para Natal. A Lei nº 6.950/1996 apenas define brejos e áreas úmidas enquanto ambientes frágeis, o que por si só não impede o uso nem cria APP. Usos sustentáveis podem ocorrer. Não foram criados impedimentos por aquela lei, apenas a orientação para o licenciamento ambiental e a observância ao ZEE.

16. O Código do Meio Ambiente protege as dunas na área do interessado, mas não os corredores interdunares classificados pela SEMURB.

17. As superfícies topograficamente baixas na área do interessado e sujeitas periodicamente ao afloramento natural do lençol freático, ou cobertas periodicamente por águas, não são consideradas APP. Haja vista que olho d'água intermitente não é APP e áreas úmidas não foram declaradas pelo Executivo.

3. REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**. Brasília: Presidência da República – Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em 18 de agosto. 2013.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Código Florestal Brasileiro**. Brasília, DF, 25 maio 2012. Brasília: Presidência da República – Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em 10 de junho. 2016

FERNANDES, Ermínio et al. **Implicações Ambientais e Urbanísticas Decorrentes da proposta de Regulamentação da Zona de Proteção Ambiental 9 (ZPA 9), Município de Natal, RN.**: Laudo Pericial Solicitado pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 2012. 178 p.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE. Gabinete Civil. Decreto nº 12.620 de 17 de maio de 1995. **Cria a Área de Proteção Ambiental (APA) Genipabu, nos Municípios de Extremoz e Natal e dá outras providências**. 1995. Disponível em: <http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/unidades_de_conservacao/gerados/jenipabu.asp>. Acesso em: 15 de agosto 2013.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Gabinete Civil. Lei nº 6950, de 20 de agosto de 1996. **Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro**. Natal, RN, 20 ago. 1996. Governado Garibaldi Alves Filho

GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE. Gabinete Civil. Lei 9.254 de 06 de outubro de 2009. **Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico Econômico da Área de Proteção Ambiental Jenipabu - APAJ**. 2009.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE. IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental – APA Jenipabu. Relatório de Consolidação**. Natal, maio de 2009. 174 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **ZPA's** – Natal/RN. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-751.html>. Acesso em 19 de agosto. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Novo Plano Diretor de Natal – **Lei Complementar Nº. 082, de 21 de junho de 2007**. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-102.html#legislação_div>. Acesso em 16 de agosto de 2013.

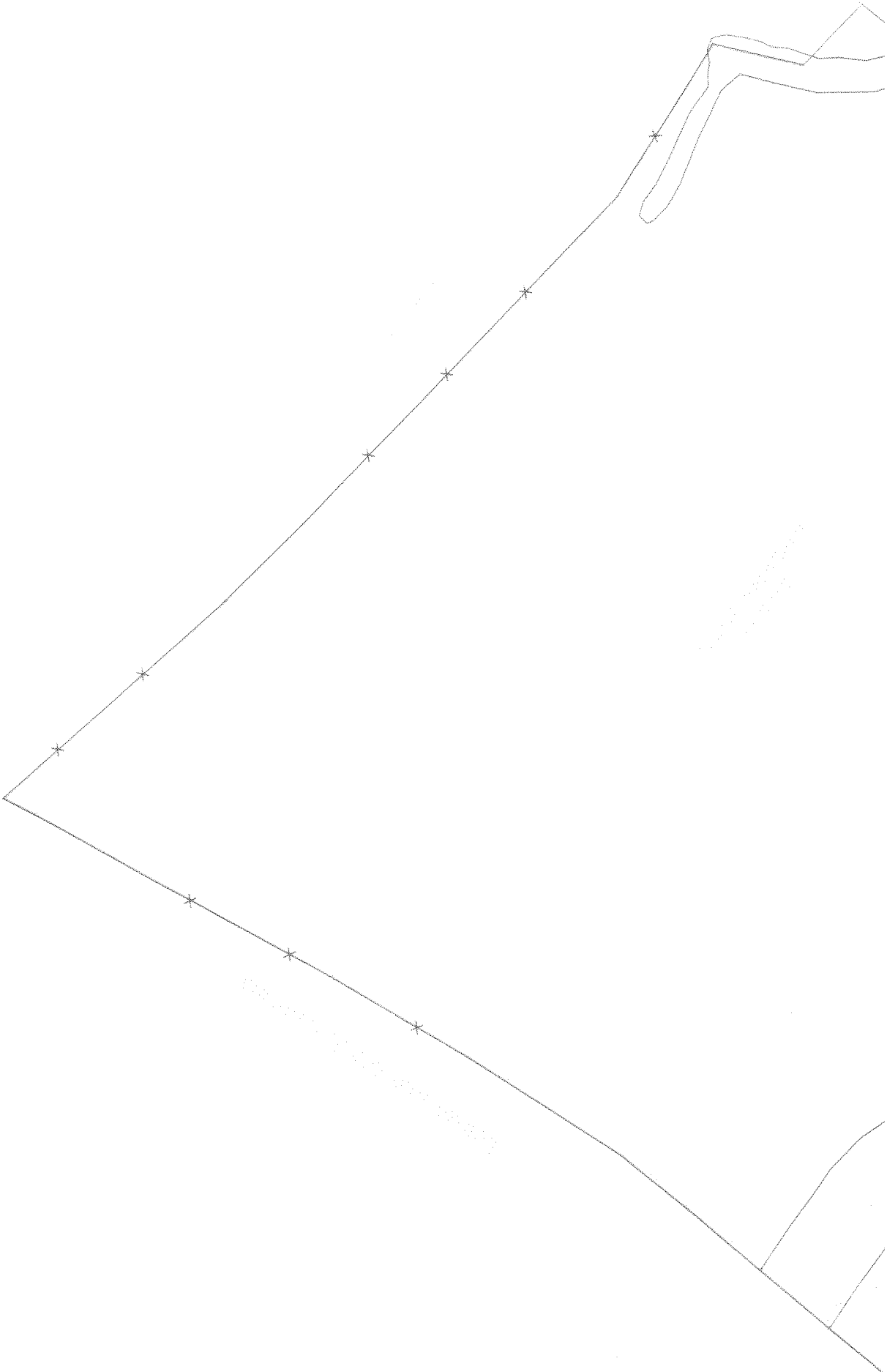
TABOSA, Werner Farkatt et al. **Estudo de Caracterização Geoambiental das Unidades Geológicas-Geomorfológicas-Hidrogeológicas-Biológicas (Fauna e Flora) do Imóvel Onde Implantar um Clube Aeronáutico**. Natal: 2013. 113 p. Relatório Técnico - Processo nº 00000.070813/2012-11 - SEMURB.



ANEXO

Anexo 01. Projeto de Urbanização: Porto Seco e Aeródromo





CRIADO POR UM PRODUTO EDUCACIONAL DA AUTODESK

IONAL DA AUTODESK

